

Instituto de Investigaciones Gino Germani

VI Jornadas de Jóvenes Investigadores

10, 11 y 12 de noviembre de 2011

Paulo Estácio Junior

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores

estacio.paulo@gmail.com

Eje 5 – Política. Ideología. Discurso

Os impactos da mídia na criação de sentidos e práticas hegemônicas: Negritude e discurso na formulação da política de cotas para Universidade pública.

1- Introdução

Esta pesquisa faz parte do projeto *A reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras no contexto do individualismo contemporâneo: a UERJ em cena*, coordenado pela professora Adjunta e Procientista Dr^a Monique Franco, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e desenvolvido na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Propomo-nos investigar os discursos veiculados na mídia virtual no tocante a política que institui a reserva de vagas nas universidades para alunos oriundos da escola pública e de minorias étnicas. Esse assunto mostra-se profícuo, haja visto a necessidade de apurar o debate sobre a adoção de políticas de ação afirmativa, como as cotas, na sociedade brasileira. Mais ainda, visamos superar a polaridade “lugar-comum” tão difundida no debate – aqueles que apóiam a referida política, e aqueles que são contra. Com esse intuito, a investigação dar-se-á apontando que o discurso presente nos dois posicionamentos (pró X contra as políticas afirmativas), parte de bases argumentativas em comum. Bases essas, advindas de formações discursivas (nos termos foucaultianos) também em comum.

A opção por apurar matérias jornalísticas, se pauta no expressivo alcance da internet no ato de informar. Não é exagero dizer que a *web*, quantitativamente, se trata do maior veículo de notícias do mundo, já que nela os principais jornais e agências jornalísticas postam e atualizam matérias em tempo real. Usada a serviço do Capital, a internet, é, também, um dos meios mais eficazes de veicular discursos e ideologias que

visam atingir determinadas camadas da população, transformando-se, assim, em uma ferramenta poderosíssima dos mais variados movimentos sociais.

2. Referencial teórico

Precipuamente, mostra-se necessário delimitarmos aquilo que tomamos como discurso. Afiliamo-nos à concepção de linha francesa que entende por discurso aquilo que é, através do uso da linguagem e do indivíduo que o profere, relacionado com algo externo à língua. Corroborando com essa perspectiva Michel Foucault nos diz que o discurso

é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT: 2005, p.p 147-148)

Sendo assim, levamos em consideração que o ser humano se expressa mediante a incorporação de discursos sociais já instituídos, e que seu discurso é fruto do entrelaçamento do lingüístico com o social, ambos determinados historicamente. Sob esse prisma, no decorrer da pesquisa, investigamos as relações de poder inseridas no processo de implementação da política de ação afirmativa (cotas) e seus impactos na sociedade. O estudo dessas relações em uma perspectiva Linguística são abordadas e desenvolvidas por Foucault em seu livro *A Ordem do Discurso* (1996). Na obra o filósofo aponta que a busca para que um discurso prevaleça é, na verdade, uma busca pelo poder.

Inserida neste contexto de busca, e ocupante de uma posição de extrema importância, encontra-se a mídia. É inegável o quanto é importante seu papel no nosso cotidiano, já que, como analisado por Rosa Fisher, “cada momento da nossa vida contemporânea é cada vez mais mediado pela cultura” (FISHER: 2002, p.22). Segundo a autora, a mídia deve ser entendida, também, como cultura, pois tem uma função essencial nesse contexto, já que contribui para a formação de maneiras do indivíduo ver e agir sobre o mundo. Para além disso, e se aproximando ao objetivo dessa pesquisa, a mídia fornece aos seus “consumidores” instrumentos de discussão e reflexão acerca dos temas que permeiam a sociedade. Essa discussão se faz necessária, pois ela incide diretamente na maneira como o indivíduo se vê inserido na sociedade. Segundo observado por Kellner (2001):

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e de raça, de “nós” e “eles”, ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. (KELLNER, 2001: 19)

Desta forma, observamos que a mídia é a “arena” onde o debate sobre a referida política de reparação é travada. Neste ponto cabe uma pergunta – Não estaria a mídia interessada em transmitir notícias imbuídas de uma suposta neutralidade, que visa apenas “informar”?

Segundo Barros e Junqueira (2005) em um estudo sobre a pesquisa na comunicação sociais, não. Para eles, o mito de que nesta ciência a busca pela neutralidade deve ser levada a cabo, vem de uma tradição positivista que pregava o despir-se do sujeito para que este pudesse perceber a realidade dos fatos. Prosseguindo na discussão, os pesquisadores sugerem que “os fatos não existem por si mesmos, pois toda observação é teoricamente orientada” (BARROS e JUNQUEIRA in DUARTE: 2005, pg. 33), o sujeito-autor traz dentro de seu próprio discurso outros vários advindos dos mais variados contextos e saberes que lhe atravessaram durante sua vida.

Ao analisar o *corpus* levantado (a ser esmiuçado mais a frente), buscamos efeitos de sentido, apontando interdiscursos que se aproximam às noções de mundo que discursivamente constituem formações discursivo/ideológicas. Por meio da AD, entendemos por formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** (...). Chamaremos de **regras de formação** as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, escolhas temáticas)” (Foucault, 2005, pp. 43-4).

Esse conceito nos interessa, pois através dele acontece a articulação entre discurso e ideologia, que juntos produzem os efeitos de sentido, fazendo com que cada indivíduo seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social.

3. Levantando o *corpus*

A título de recorte para essa apresentação, o *corpus* abrangeu notícias publicadas nos *sites* de jornais do Rio de Janeiro nos anos de 2009 e 2010, atentando na investigação e categorização das formações discursivas, dos mais variados entrevistados e entrevistadores presentes nas matérias jornalísticas, e de como as mesmas se articulam contribuindo para a formação ideológica do indivíduo.

Dito isto, foram coletadas 202 matérias produzidas durante todo o ano de 2009 em portais de notícias dos seguintes jornais do Rio de Janeiro: *portal G1/O Globo*¹, *Jornal do Brasil*², *O Dia*³ e *Jornal Extra*⁴. As buscas utilizaram as palavras “cota” e “universidade”, e, claro, foram escolhidas todas as matérias que se referiam estritamente ao objeto deste artigo.

O levantamento se configurou da seguinte maneira:

2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<i>O Dia</i>	-	-	0	3	7	2	2	-	-	-	4	-	18
<i>Extra</i>	2	3	8	13	18	6	3	1	5	2	4	-	65
<i>G1/O Globo</i>	5	-	11	11	34	8	3	2	8	5	11	1	99
<i>Jornal do Brasil</i>	-	-	2	1	4	1	1	2	3	-	6	-	20
Total	7	3	21	28	63	17	9	5	16	7	25	1	202

Tabela 1

Em uma primeira análise dos dados supracitados percebe-se um grande número de notícias do portal G1/O Globo, isso se deve a existência de uma página no *website* chamada “Vestibular e Educação” que é voltada especificamente para estas áreas e, portanto, ventila mais matérias. Percebe-se, também, um maior número de notícias nos meses de maio e novembro. Em maio, esse aumento ocorreu devido a polêmica liminar pedida pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (Partido Progressista) e concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que no dia 25 de maio suspendeu o sistema de

¹ Acesso em: www.g1.globo.com

² Acesso em: www.jb.com.br

³ Acesso em: www.odia.terra.com.br

⁴ Acesso em: www.extra.globo.com

cotas nos vestibulares das Universidades públicas do Estado. Essa liminar foi embargada no dia 1 de abril e anulada em novembro, que contribuiu para o aumento de notícias acerca da política de cotas nesse mês. Em novembro, ocorre também a comemoração do dia da consciência negra que, da mesma maneira, colaborou para o aumento da incidência.

2010	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<i>O Dia</i>	-	-	1	-	-	1	1	4	-	-	3	-	10
<i>Extra</i>	1	-	9	4	7	4	-	7	2	2	5	2	43
<i>G1/O Globo</i>	3	7	10	1	2	7	6	5	-	1	7	2	51
Total	4	7	20	5	9	12	7	16	2	3	15	4	104

Tabela 2

Em 2010 com a aprovação do Estatuto de Igualdade Racial, a discussão acerca das cotas ganhou novamente destaque na imprensa, já que a implementação dessa política afirmativa foi suprimida do Estatuto. Além disso, cabe observar, que a ausência da pesquisa no *website* do Jornal do Brasil se deu devido a uma mudança na política do Jornal que passou a exibir resultados de busca apenas para assinantes.

Depois de um novo exame às matérias pesquisadas, percebe-se que, dentro do gênero jornalístico, todas se encaixam no sub-gênero informativo, ou seja, notícias com signatários ou não que buscam uma certa “neutralidade” na apresentação dos fatos; prática comum na internet, já que outros sub-gêneros como, por exemplo, o opinativo, as colunas e os editoriais não tem espaço nos portais jornalísticos via *web*.

Assim, das 306 matérias analisadas, encontramos as seguintes formações discursivas que serão apontadas ao longo do trabalho – *vitimização* e *reconhecimento*, que são as bases discursivas de quem se posiciona contra e a favor da referida política.

4- Contexto histórico

Antes de enveredarmos pela análise das notícias veiculadas na mídia e suas respectivas categorizações, cabe aqui fazer um breve histórico do processo que originou a reivindicação da adoção de políticas afirmativas no Brasil. Afinal, a aprovação de leis que reservam vagas nas instituições públicas do ensino superior, embora muito recente, teve sua origem em movimentos e políticas nascidos em momentos distintos, mas que

convergir para um mesmo ponto no século passado. Vale lembrar que esse estudo não pretende esmiuçar o processo sócio-histórico da política de cotas, tão somente, nos debruçaremos aos fatos de relevância para nossa análise discursiva.

Na história da humanidade, existiram vários momentos em que esforços foram feitos pra que a desigualdade inerente à mesma fosse erradicada. Remonta à Idade Moderna, mais precisamente ao apogeu do movimento Iluminista, o princípio de igualdade. Este princípio pregava que todos os homens deveriam ser iguais perante a lei, visando abolir os privilégios e regalias dos regimes antigos bem como a distinção de qualquer espécie. Com o decorrer do tempo as nações ocidentais foram derrubando seus regimes absolutistas e em seu processo de democratização foram adotando este e outros princípios idealizados pelos iluministas, sendo assim, o princípio de igualdade foi sendo incluído nas Cartas Magnas da grande maioria destas nações.

No entanto, no século XX, o conceito de igualdade de direitos começou a ser questionado, pois o mesmo por si só não garantiria igualdade social, haja visto que o próprio sistema capitalista da maneira como foi consolidado pressupõe a existência de diferenças e dificulta a mobilidade econômica e cultural de suas camadas menos favorecidas. Ainda no século passado, surgiu uma nova maneira de pensar os Direitos Humanos que deu respaldo a esse questionamento, iniciando-se um processo que pensava o Direito como algo que transcendia a titularidade do indivíduo para a titularidade de um grupo, ou seja, criou-se a idéia de que grupos humanos deveriam ser protegidos. Essa nova abordagem é, pois, a base das políticas de ações afirmativas.

No que tange às ações afirmativas, propriamente ditas, e a origem do termo, ambas têm sua origem comumente atribuída as *positive actions*⁵ dos Estados Unidos que datam da década de 1950/1960, que, por sua vez, eram reflexo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, chamada feita pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948. Os anos passaram, o chamado, que não tinha força legal, virou tratados (Tratado Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, de 1966 e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1976) com signatários ao redor mundo que se comprometeram a “diminuir” o abismo que separa a elite socio-econômica-cultural das camadas mais pobres da população. Assim, o debate acerca das

⁵ O termo é comumente atribuído ao conjunto de leis que foram promulgadas em 1964, a Civil Right Acts (Lei dos Direitos Cívicos Norte-americanos), que visava compensar as seqüelas deixadas pela política segregacional vivida pelos afro-americanos.

políticas sociais compensatórias foi ganhando visibilidade e, por consequência, simpatizantes mundo a fora.

No Brasil, o debate é desencadeado com a fundação do Movimento Negro Unificado na década de 1970, o movimento levantou a questão racial na sociedade brasileira que até então, e a bem da verdade até hoje, vivia o mito de uma sociedade livre de discriminações ou preconceitos. Mas é a partir da década de 1990, mais precisamente em 1995 durante o centenário de Zumbi dos Palmares, que a busca da implementação de políticas compensatórias se intensificou. Nesse ano, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu o Grupo Interministerial para a Valorização da População Negra, porém, pouco se fez em relações a essas políticas até o fim do mandato de FHC.

A culminância de todo esse processo histórico se deu já no século XXI, no ano de 2001 durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em Durban, na África do Sul; quando o Brasil reconheceu oficialmente a existência do racismo e se comprometeu a adotar medidas que visavam erradicar o mesmo, dentre elas a adoção da políticas de cotas nas universidades públicas brasileiras.

Antes, no ano 2000, na virada do milênio, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou a lei 3.524, de 28 de dezembro; que instituía a reserva de vagas nas universidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro para alunos oriundos da rede pública de ensino. No ano seguinte a Lei Estadual, nº 3.078, editada 09 de novembro de 2001, que reservava 40% de vagas para negros e pardos.

Desde então, as mesmas leis foram atualizadas e novas surgiram não só dentro do estado do Rio de Janeiro como também em todo Brasil. Inaugurando assim, o acalorado debate que se segue na sociedade que é, em grande parte, alimentado pela grande mídia.

5- À análise

Tentamos analisar o conjunto de notícias apuradas buscando efeitos de sentido, apontando interdiscursos que se aproximam às noções de mundo de vitimização e reconhecimento. Ambas estão intimamente ligadas à noção Foucaultiana de território, que segundo o autor “é, sem dúvida, uma noção geográfica, mas é em primeiro lugar uma noção jurídico-política: o que é controlado por um certo tipo de poder.” (FOUCAULT, 2006:180). Dessa forma, acreditamos que os discursos favoráveis ou não

sobre a política de cotas, operam nesse deslocamento territorial dentro de uma mesma categoria.

A noção de *vitimização* emerge no contexto sócio-histórico concomitantemente à reivindicação dos “excluídos” (por gênero, classe e cor) por ações de cunho afirmativo que visam reparar a opressão cultural e social sofrida por estes. Ações essas que supostamente serviriam para corrigir toda sorte de injustiça.

Normalmente se invoca uma “culpa ancestral” para com os excluídos, pautada na vitimização de grupos minoritários e culpabilização de um passado branco, rico e patriarcal. Essa parece ser uma FD bastante difundida, no tocante ao debate sobre cotas:

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Ismael Cardoso, defendeu as cotas. Para ele, a subcota racial busca reparar **injustiças históricas** decorrentes da escravidão e da falta de ações afirmativas na época da abolição.

- O *apartheid* no Brasil foi muito mais silencioso. Não houve confronto, mas vem acontecendo. A universidade pública tem que servir à população - disse Ismael. (*Jornal O Extra* 01/04/2009) (Grifo nosso)

Ou ainda:

A cota racial, no meu ponto de vista, tem que permanecer, porque é uma **dívida através dos tempos** para com a população negra desse país”, disse o senador Serys Shlessarenko (PT-MT). (idem) (Grifo nosso)

A formação discursiva da *vitimização* dentro de um contexto de culpabilização, como já fora citado anteriormente, é também a base do discurso de quem é contra a implementação da política de cotas nas Universidades públicas:

- É passar uma fronteira no meio dessa classe, do povo, das favelas. As raças não existem, o único jeito de criar raças é através da lei. É uma vergonha o que se está discutindo aqui – disse Demétrio Magnoli, Doutor em Geografia. Segundo ele, é “demagogia barata” falar em **reparação** do que ocorreu durante a escravidão, pois, afirmou Magnoli, os negros de hoje tiveram ancestrais brancos, assim como os brancos têm antepassados negros, dado o alto grau de miscigenação. (*Jornal do Brasil* 18/03/2009) (Grifo nosso)

Parece-nos que a discussão, como exemplificada acima através das notícias, assume contornos despolitizantes na medida em que se desloca o foco da política para um debate sobre haver ou não uma “dívida histórica”. Construções como aquelas destacadas [**injustiças históricas**], [**dívidas através dos tempos**], [**reparação**], são extremamente comuns entre aqueles que apóiam ou criticam as cotas.

Neste ponto cabem as considerações: essa suposta inclusão está realmente comprometida com a justiça? Não seria ela uma falsa forma de amortizar uma culpa eterna cedendo espaços hegemônicos, buscando, na realidade controlar o outro? Michel Foucault (1996) mais uma vez tem algo a nos dizer sobre isso. Segundo ele, o Outro, grosso modo, nada mais é que todos aqueles que teriam sido excluídos pelo pensamento ocidental, “aquilo que circunda por fora” (FOUCAULT, 1996:13). Ao incluir o Outro, tenta-se homogeneizar aquilo que é intrinsecamente diferente, buscando não só controlá-lo como, também, busca-se pacificar territórios que antes seriam disputados. Nesse contexto, as políticas afirmativas teriam, na verdade, cunho paralisante, pois paralisa o debate “mesmificando” o Outro. As tensões Mesmo X Outro, também mostram a cara na mídia:

Quem é discriminado no Brasil é apenas o negro ou será que nosso problema é em relação ao pobre, que nada possui independentemente de sua cor? Temos 19 milhões de brancos pobres. Qual o tratamento que vamos dar a **eles**? **Eles**, também não têm uma escola boa e recebem salário inadequado - completa.” (Senador Demóstenes Torres 03/03/10 *Jornal Extra*) (Grifo nosso)

Nessa reportagem, o Senador assume o papel do Estado e sua elite detentora do poder (Mesmo), explicitado no trecho: “Qual tratamento que (**nós**) vamos dar a eles?”; para tentar colocar em xeque as cotas raciais, argumentando que seus contemplados, os negros, não são os únicos pobres (Outro).

O discurso que toma como base a formação discursiva do *reconhecimento* perpassa a discussão da identidade social do indivíduo. Essa identidade deve ser enxergada também como discurso, já que a realidade de um indivíduo é construída por meio da linguagem. Especificamente sobre *reconhecimento* Charles Taylor (1994) diz:

Designa algo que se assemelha à percepção que as pessoas têm de si mesmas e das características fundamentais que as definem como seres humanos. A tese é que nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela ausência dele, ou ainda pela má percepção que os outros têm dela (...). O não-reconhecimento ou o reconhecimento inadequado pode prejudicar e constituir uma forma de opressão, aprisionando certas pessoas em um modo de ser falso, deformado ou reduzido (TAYLOR, 1994: 41-42).

Nesse contexto, o sujeito que pauta seu discurso nessa FD, normalmente se vê encaixado dentro de um determinado grupo social formado por indivíduos cuja identidade sócio-cultural assemelham-se umas com as outras. Estes indivíduos, do

ponto de vista do interdiscurso, articulam-se apoiando-se naquilo que já foi dito, pois, o dizível já está exterior ao sujeito. Cabe salientar que como diz Orlandi (1998), Hall (2000), e Taylor (1994) não existem identidades fixas.

- Do jeito que saiu (o Estatuto da Igualdade Racial) não vai facilitar que a **comunidade negra** saia da situação econômica e social da qual secularmente foi colocada, ou seja, sem direito nenhum, afirmou Cleide Ilda Lima Souza, da Coordenação Nacional das Entidades Negras. (Edição do dia 16/06/2010 *Jornal Extra*) (Grifo nosso)

Muito embora, as reivindicações dos movimentos das camadas oprimidas sejam invocadas sob um “manto” universalizante, no sentido de que buscam o bem-estar do grupo, estas acabam sendo também um ato de individualismo.

- Fiquei preocupada com a suspensão das cotas, pois elas são a **minha** grande chance para entrar na UERJ. Lá na escola foi uma comoção. Muitos colegas meus ficaram inconformados, mas, felizmente, a situação mudou. **Nós**, da rede pública, não temos como concorrer com quem vem de colégios particulares. (08/06/2009 *Jornal Extra*) (Grifo nosso)

O indivíduo se posiciona e é posicionado de determinado modo, dependendo do contexto – imediato e histórico – em que atua (WOODWARD, 2000). Sendo assim, este pode adotar e exercer diferentes identidades dependendo do contexto institucional.

Ao se reconhecer dentro de um determinado segmento social, o sujeito dicotomicamente adota uma postura individualista, já que ao internalizar os valores dominantes do sistema vigente (da ordem do Mesmo), individuais por excelência, esse indivíduo transita de um pólo a outro (Mesmo X Outro) na busca pela concessão de territórios. No trecho da notícia citada, percebemos claramente essa transição, uma vez que a estudante vai de um pólo a outro, do eu (“minha”) ao “nós”.

A questão do *reconhecimento* requer, também, de um debate sobre identidade. Stuart Hall, no livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, conceitua o sujeito pós-moderno “como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”, já que é uma “celebração móvel”, onde assumem-se identidades cambiantes em momentos diferentes que “não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2000:13). Ora, isso se aplica perfeitamente a nossa discussão, uma vez que, segundo Taylor, a identidade, só é reivindicada por aqueles que não são reconhecidos por seus interlocutores. (TAYLOR: 1994). Sendo assim, as camadas que são alocadas no território do Outro formam, em torno da noção de *reconhecimento*, grupos minoritários que reivindicam para si alguns direitos, dentre os quais, a equidade ao acesso às Universidades públicas; mesmo que

essas reivindicações tragam em seu cerne um caráter individualizante, operando no território da “pressão por igualdade de um grupo” X “virada para o individualismo”.

6- Finalizando

Ainda que promissora, a pesquisa dos discursos midiáticos acerca da política de ação afirmativa em questão, tem muito a evoluir. O que mostramos aqui foi um pequeno recorte do que se tem discutido na sociedade brasileira, intuindo chamar a atenção para a necessidade de uma discussão mais aprofundada, não-polarizada dos efeitos da implementação das cotas no Brasil.

Uma pesquisa quantitativa/qualitativa conduzida em nosso grupo de pesquisa mostra que a política de cotas vem distribuindo mazelas numa nítida gestão territorial, ou seja, os cotistas vem sendo distribuídos, segundo seus pertencimentos étnicos e sociais, em cursos menos procurados e/ou menos privilegiados da Universidade e da própria sociedade – o que caracterizaria um racismo de estado. Ainda que escassos, estudos recentes apontam que, da maneira como vem sendo conduzida até aqui, a política de cotas é muito mais pautada em uma tentativa de minimizar a culpa que um esforço sério de resolver nossos históricos problemas sócio-econômicos.

Referências Bibliográficas

- CHAREAUDAU, Patrick e MAINGUENAU (orgs.) *Dicionário de Análise do Discurso*, São Paulo: Contexto, 2004.
- DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *A arqueologia do Saber*. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- HALL. Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- Jornal
- MAINGUENAU, Dominique. *Novas Tendência em Análise do Discurso*. ed. 3°. Trad. Solange Maria Ledda Gallo. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. *Os Termos Chave da Análise do Discurso*. ed. 1°. Trad. Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva Lisboa: Gradiva, 1997.
- _____. *Análise de Textos de Comunicação*. ed. 1°. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. Unicamp: Cortez, 1998.
- TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual*. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.